

## **Dicotomias urbanas em Angola e Moçambique: a cidade de cimento e a cidade informal (muçequ e caniço)**

**Mário G. FERNANDES (1) e Rui Paes MENDES (2)**  
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
(1) [mgfernan@letras.up.pt](mailto:mgfernan@letras.up.pt); (2) [ruipaesmendes@gmail.com](mailto:ruipaesmendes@gmail.com)

### **Resumo**

A cidade de cimento é a cidade herdada do poder colonial, uma cidade para aqueles que dominavam e onde assentava a estrutura administrativa dos territórios: edificada em materiais nobres e estruturada de forma racional. O crescimento económico e a procura de mão-de-obra para o sector industrial que se instalava nas cidades, origina nas franjas das urbes cidades improvisadas, de gentes provenientes do interior que trazem para as cidades modos de vida próprios e ancestrais que incorporam no espaço urbano. Tecnicamente opostas, estes espaços estabelecem relações de interdependência muito fortes.

**Palavras chave:** Morfologia urbana, caniço, muçeques.

### **Abstract**

The city of cement is the city inherited from the colonial powers, a city for those who dominated and where the administrative structure was located: built in noble materials and rationally structured. The economic growth and the demand of skilled manpower for the industry that was settled in the cities, originates on the fringes of cities makeshift cities, populated with people from the countryside, that brought livelihoods from their regions and ancestors and incorporated them into the new space urban. Technically opposed, these spaces provide very strong interdependent relationships.

**Key-words:** Urban morphology, caniço, muçeques.

### **1. Cidade de cimento, *caniços* e *muçeques***

As cidades africanas são, na sua génese e essência, cidades duais, coexistindo num mesmo espaço duas realidades que embora sejam cultural, técnica e morfologicamente díspares são interdependentes e estão imbricadamente ligadas.

A cidade de cimento é a cidade herdada dos poderes coloniais, uma cidade para aqueles que dominavam e onde assentava a estrutura administrativa dos territórios. Como o nome indica, é uma cidade edificada em materiais nobres e perenes, estruturada de forma racional, expressa frequentemente em traçados tendencialmente geométricos. No entanto, fruto do crescimento económico e da conseqüente demanda de mão-de-obra para o sector industrial que se instalava nas cidades, nasceram nas áreas periféricas

idades improvisadas, ditas informais, albergando populações provenientes do interior que trazem para a cidade os modos de vida próprios e ancestrais e os incorporam no espaço urbano. Tecnicamente opostas, estas duas faces da mesma moeda estabeleceram relações de interdependência muito fortes: a cidade de cimento necessita da força de trabalho dos que habitam a cidade informal, estes necessitam da cidade formal para assegurar a própria sobrevivência.

Dentro do universo colonial africano de origem portuguesa essa dicotomia será das mais acentuadas, fruto do sistema de concepção do espaço urbano no qual a cidade era o espaço do colono, sendo o espaço dos autóctones encarado de forma utilitária, de serventia para a população dominante, e só pontual e tardiamente, no dealbar da guerra colonial, foram alvo de intervenções conducentes à sua valorização. Tal levou a uma imagem distintiva das cidades mais importantes do império colonial português de então, onde a cidade de cimento crescia lentamente, dimensionada para a população branca que aí aportava em fluxos migratórios importantes, mas limitados quando comparados com o crescente êxodo rural que Angola e Moçambique conheciam e que faziam expandir as franjas periféricas das aglomerações urbanas com a construção de habitações precárias.

Esses novos bairros, agregações espontâneas que cresceram por imperativos económicos dos colonos, primeiro, e devido às guerras e ao êxodo rural, depois, superam hoje em dimensão a cidade formal, de cimento, num *continuum* urbano aparentemente caótico e improvisado, que foi absorvendo pequenas povoações periféricas<sup>1</sup> e, por vezes, mesclando-se com pedaços urbanos geometrizados e planeados, independentemente da origem do investimento.

Nos diferentes territórios, estes bairros assumem denominações retiradas dos elementos que originalmente os condicionavam, pelo que, porque as habitações eram construídas em materiais perecíveis recolhidos da natureza, como a madeira, o capim e o *caniço*, foi este o termo vulgarizado para a sua identificação em Moçambique, enquanto que em Angola são conhecidos como *muceques*, o termo quimbundo para designar terrenos arenosos e que em Luanda foi atribuído às terras vermelhas do planalto em assentavam estes aglomerados<sup>2</sup>. De qualquer forma, são “bairros de lata” (RIBEIRO, 1981: 129), como tantos que existem em todo o mundo, mas que nas cidades africanas assumiram características específicas na desde a sua génese, quer pela clara segregação racial que lhes estava subjacente, quer pelos materiais utilizados, quer pelos padrões urbanísticos<sup>3</sup>, quer ainda pela sua dimensão, recorrência e permanência<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> “As povoações ou sanzalas são formadas por várias palhotas ou cubatas, todas dispostas em volta de um centro, mas sem qualquer ordem. As palhotas são na sua maior parte quadradas, havendo-as também circulares.” (KNAPIC, 1972: 28).

<sup>2</sup> “Quem sobrevoar a cidade quadricentenária, ou observar a sua planta, desde logo ficará impressionado pelo contraste entre uma área urbanizada, de ruas traçadas regularmente e casas ordenadas, onde se multiplicam os sinais de modernização, a *cidade*, e a vasta auréola que a rodeia, notável pela ausência de qualquer organização urbanística, antes marcada pelas aglomerações caóticas de cubatas dos *muceques*. Esta palavra (também grafada como *musseque*), que em quimbundo designa um terreno arenoso, em Luanda foi dada às terras vermelhas do planalto e, por extensão, aos aglomerados pobres que aí se instalaram e desenvolveram progressivamente” (AMARAL, 1983: 296).

<sup>3</sup> “A chegada pelo ar permite a forte impressão não só do isolamento da cidade na sua região como, sobretudo, do contraste entre duas áreas – a urbanizada e a sementeira caótica de cubatas dos

Nas principais metrópoles, a construção da cidade improvisada tem conhecido profundas alterações, quer nos materiais, quer nas formas. De facto, os materiais perecíveis, o edificado vernacular tradicional, consoante as origens/etnias dos povos que aí se estabeleciam, e uma certa organização orgânica foram substituídos por materiais perenes e por arquitectura(s) e traçados urbanos que copiam os modelos da cidade de cimento. A utilização de materiais tradicionais vai sendo, assim, remetida para as áreas mais afastadas do contacto com a cidade de cimento ou subsiste nas áreas de menor dinamismo económico característico das cidades de segunda linha.

A independência das colónias portuguesas em África alterou a perspectiva com que os poderes encaravam a cidade informal. De espaços tolerados mas não reconhecidos e sem direitos de propriedade, eternamente suspensos, em terrenos muitas vezes impróprios para a habitação, passa-se a uma fase do reconhecimento como parte da cidade, sendo encetadas políticas – frequentemente com o apoio de organismos internacionais – de valorização e organização dos espaços e das pessoas. As alterações políticas, guerras, e maus anos agrícolas um intenso êxodo rural que provoca o crescimento exponencial desses espaços de tal forma que, na actualidade, várias das cidades são maioritariamente constituídas pelos espaços informais que cercam a cidade formal e muitas vezes ocupam espaços livres, de circulação, do coração urbano, como fervilham nas franjas periféricas.

A evolução, o contacto e a partilha entre espaços e gentes, como a melhoria das condições sociais e económicas e as políticas e programas, têm levado a uma transformação acelerada das cidades, na totalidade e nas suas partes, com a expansão da cidade formal (em mancha contínua e em saltos) e da cidade informal, mas também com a reforma de partes desta e com a introdução de alguma informalidade na cidade dita formal.

## **2. A dicotomia urbana nos territórios coloniais**

As cidades dos países africanos de expressão portuguesa sendo originalmente criadas pelo poder colonial, obedecem a uma matriz comum, morfológica e esteticamente reconhecível no universo colonial lusófono e sedimentada por décadas de prática na manipulação dos espaços em que se enquadrava. Eram cidades com a função primordial de se constituírem como plataformas entre o espaço colonial africano, próprio e por vezes de outros países europeus, de onde drenava as matérias-primas, e a metrópole, só posteriormente assumindo o papel de pólo estruturador do território envolvente, não funcionando, assim, como no Portugal metropolitano ou no universo europeu, enquanto instrumento gerador e difusor de capital humano e económico, antes

---

“muceques”. Do contacto directo com a cidade tornava-se nítido o contraste entre aquelas duas áreas: a “cidade branca” ou “do asfalto”, pelos padrões urbanísticos; a “cidade negra” ou dos muceques, sem os benefícios da urbanização.” (AMARAL, 1978: 65).

<sup>4</sup> “Ao contrário das cidades do Brasil tradicional, as aglomerações da África portuguesa segregavam cuidadosamente a gente de cor: em bairros densos, de casas de pau-a-pique, barreadas e cobertas de palha ou folha ondulada; em Angola generalizou-se o termo africano ‘muceque’. Luanda está rodeada deles, empurrados cada vez para mais longe ao passo que progridem novas urbanizações.” (RIBEIRO, 1981: 180).

“it originated as a means whereby the metropolitan rulers established a base for administration of the countryside, and the exploitation of its resources, and consequently the transfer of the surplus extracted from the countryside to the metropolis” (SMITH, 1996: 63), o que condicionava o crescimento urbano e gerava uma permanente necessidade de mão-de-obra, quer europeia quer africana.

Os aglomerados urbanos pré-coloniais, distribuídos por territórios tão diversos como os da Guiné-Bissau, de S. Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique (Cabo Verde era desabitado à data da chegada dos Portugueses ao arquipélago), obedeciam a padrões técnicos, estéticos, culturais e sociais substancialmente diferentes dos produzidos no mundo ocidental, pelo que a cidade colonial foi, durante várias décadas, um corpo estranho, um mundo à parte evitado pelos africanos que não estavam submetidos à servidão forçada no espaço do homem branco.

A cidade colonial portuguesa, enquanto resultado da vontade do poder colonial, é uma totalidade, um objecto funcional e estruturalmente organizado para o conforto, os gostos e os valores do colono e modelar de um pensamento político. O crescimento económico das cidades angolanas e moçambicanas, detentoras de grandes riquezas, está normalmente associado à proximidade de áreas portuárias e/ou ao caminho-de-ferro, essenciais para o escoamento das riquezas, mas necessitados de mão-de-obra, em economias que se estruturavam no trabalho parcamente remunerado. Dessa forma, as cidades coloniais tornavam-se em pólos atractores das populações provenientes do interior dos territórios, onde se localizavam os aglomerados africanos tradicionais, promovendo o seu esvaziamento e provocando confrontos de âmbito regional, ainda insuficientemente estudados, entre os espaços urbanos coloniais e os espaços urbanos pré-coloniais, constituindo-se como “un facteur dans la sélection des ‘villes’” (D’ALMEIDA-TOPOR, 1988: 26).

O desenvolvimento económico dos espaços coloniais, assente principalmente no fornecimento de matérias-primas à metrópole, conduziu ao crescimento dos aglomerados urbanos e a profundas mudanças qualitativas dos espaços construídos. O aumento da complexidade dos problemas inerentes ao crescimento e densificação da malha urbana e a consequente procura de soluções, levaria às colónias alguns técnicos, que diversificariam um pouco o conjunto constituído pelos militares, religiosos, funcionários e pequenos comerciantes (LEMPs, 2002), que até aí perfaziam os efectivos humanos coloniais. Estes novos técnicos, embora formalmente habilitados, estavam pouco familiarizados com o espaço colonial e as suas particularidades climáticas, geológicas e humanas, pelo que procederam a uma reprodução “of metropolitan forms, though adapted to meet the climatic, resource, and other specific needs of the (...) colonial situation” (KING, 1990: 60).

Assim, nos aglomerados urbanos coloniais<sup>5</sup>, depois de uma primeira fase de utilização de malhas tendencialmente ortogonais, tão ao gosto dos engenheiros

---

<sup>5</sup> Nos casos de cidades pré-existentes, normalmente aglomerados de raiz islâmica, as autoridades procediam a uma reformatação da malha urbana, adequando-a aos elementos reconhecíveis da potência colonial. No território moçambicano foi o que aconteceu, por exemplo, na Ilha de Moçambique e em Inhambane. O inverso foi assinalado por Jorge Gaspar (GASPAR, 1968), ao referir a adaptação da

oitocentistas e características de um urbanismo que se estendeu pelo início do século XX, surgem concretizações decorrentes dos modelos morfológicos da cidade-jardim (no caso, referenciadas pelo desenho urbano mais ao arquitecto Raymond Unwin, culturalista e sitteano, do que ao reformista, culturalista e, simultaneamente, progressista Ebenezer Howard), pensadas para a população branca e adaptadas ao contexto dos trópicos<sup>6</sup>: espaços amplos e ajardinados, edifícios unifamiliares e de baixa volumetria, vias largas arborizadas e com orientações que favorecessem a circulação do ar.

De qualquer forma, as políticas prosseguidas em relação às colónias tiveram efeitos perversos, pois se, por um lado, o desenvolvimento económico assentava na exploração da mão-de-obra local, por outro, os africanos eram excluídos da vivência do espaço urbano da cidade formal (excepção feita a uma minoria da população negra a quem era concedido o estatuto de “Assimilado”), acomodando-se nos espaços periféricos que eram encarados como um mal menor pelo poder colonial, sendo importante a sua relativa proximidade ao núcleo principal como forma de assegurar a mão-de-obra destinada aos trabalhos domésticos da população branca e aos serviços públicos menos qualificados. Além disso, estes bairros eram, também do ponto de vista urbanístico, considerados como provisórios e vistos normalmente como uma reserva para a expansão da cidade, o que se coadunava com o princípio legal de que a população negra indígena não era proprietária do solo. Assim, quando surgia a necessidade de expandir a cidade, os habitantes das zonas periféricas eram remetidos para áreas mais afastadas, de acordo com as necessidades de crescimento da cidade colonial.

Esta concepção e visão utilitarista das populações africanas e dos espaços urbanos informais periféricos foi genericamente comum em toda a África colonial, independentemente dos modelos seguidos na cidade formal, quase sempre o da cidade-jardim, instrumento importante para justificar e aplicar a segregação urbana sócio-racial, sublinhando-se que o “colonial segregation principle was embodied by separate architectural languages for the colonies and colonizing nations” (Morton, 2000:7). Desta forma, a cidade colonial traduzia uma vincada dicotomia segregacional entre os espaços destinados aos habitantes europeus e aos habitantes negros, com os primeiros a habitarem uma cidade modelo “solidamente construída, toda em pedra e aço. Uma cidade cintilantemente limpa; [onde] as ruas estão pavimentadas com asfalto, e as latas do lixo engolem todos os resíduos (...). A cidade do colono é uma cidade bem alimentada (...)” (Fanon, 1960:38); em oposição, a cidade do negro era uma cidade eternamente provisória, “um lugar de má fama, habitada por homens de má reputação (...). É um mundo sem espaço, os homens vivem ali uns em cima dos outros, e as suas cabanas são construídas umas em cima das outras. (...) uma cidade faminta de pão, de carne, de calçado, de carvão, de luz” (FANON, 1960:39), muitas vezes com outras raças ocupando espaços de transição.

---

malha urbana europeia, de “traçado rectilíneo”, concretizada pelos muçulmanos em Mazagão ou em Mogador.

<sup>6</sup> As especificidades das condições climáticas destes espaços levaram ao desenvolvimento de técnicas de planeamento urbano e de construção adaptadas, denominadas como “arquitetura colonial” e que visavam minorar o impacto adverso daquelas.

Os *caniços* e os *muceques* das periferias das cidades coloniais, seriam o embrião do descontentamento que se torna audível em especial após a II Guerra Mundial, junto dos trabalhadores mal remunerados e discriminados, nos quais “se formaria o cadinho de insatisfação que conduziria à formação e ao crescimento de movimentos de luta por melhores condições de vida e que acabaram por levar à formação e alimentação das organizações independentistas” (MENDES, 2012:59).

### 3. A dicotomia urbana em Angola e Moçambique

Os primeiros registos de construções de *caniço* em Moçambique referem-se a Lourenço Marques e datam ainda da primeira metade do século XX (MENDES, 1979: 84 e 86), quando se começa a registar um crescimento continuado da população residente nas periferias das cidades, em habitações precárias e artesanais e em áreas consideradas pelo poder municipal de expansão urbana, ocupando terrenos cuja propriedade não lhes era reconhecida. Ante a potencial ameaça à segurança dos colonos e o crescimento desmesurado que não fazia e ainda desfazia os traçados urbanos, tornou-se urgente regulamentar a fixação destas populações reservando-se áreas nos subúrbios destinadas a estes bairros, que apenas podiam construir-se respeitando os alinhamentos estipulados pelo poder municipal (MENDES, 2012: 253).

Neste contexto foi ordenada a construção de alguns bairros modelos, normalmente estruturados com uma morfologia similar aos bairros-jardim e que visavam uma mais rápida assimilação dos indígenas aos benefícios civilizacionais oferecidos pelos colonizadores. O primeiro bairro indígena modelo, que ficou conhecido como caniço melhorado, foi a Munhuana (Mafalala), implantado numa área alagadiça, nos limites da cidade, sendo construído de acordo com uma planta em U, num plano radial estruturado a partir de um centro cívico que, além de se aparentar aos coevos bairros-jardim, tinha também subjacente razões de segurança, já que esta disposição permitia uma mais eficaz vigilância por parte das autoridades policiais estacionadas num posto localizado no centro cívico (FERNANDES, MENDES, 2012: 1368). Os indígenas escolhidos para ali habitarem eram trabalhadores da câmara e/ou dos caminhos-de-ferro.

Em Angola, a evolução dos bairros informais foi diversa, assumindo características de implantação e de enquadramento legal diferentes dos que aconteceram em Moçambique. Se espelham uma realidade idêntica – espaço usufruído por trabalhadores indiferenciados habitando em residências informais – os *muceques* são temporalmente mais antigos do que os *caniços* como unidades orgânicas implantadas nas periferias das cidades. De facto, existem registos de *muceques* em redor de Luanda, desde meados do séc. XIX, quando essa passa a constituir a designação genérica para “os bairros de cubatas, de palhota e casebres no alto das barrocas na periferia da cidade onde vivia a população africana marginalizada” (BETTENCOURT, 2011: 52). A implantação destes bairros num período ainda embrionário da formação urbana colonial implicou um duplo fenómeno: o desaparecimento de alguns *muceques* para expansão da cidade ou, em alguns casos, a inclusão na malha urbana como corpos estranhos, com desenvolvimento autónomo do da cidade colonial.

A diversidade de abordagem dos poderes legais em Angola e Moçambique conduziu a um desenvolvimento distinto. Enquanto o *caniço* tem que obedecer a alguns normativos legais quanto ao seu traçado e lotes de forma a simular uma continuidade com a cidade de cimento, o *muçequê* conhece um desenvolvimento descondicionado o que conduz a uma organização do espaço substancialmente diferente: um corpo autónomo, um complexo labirinto orgânico de ruelas, corredores e pequenas praças, sendo as habitações na sua maioria em barro, adobe ou madeira (BETTENCOURT, 2011).

A expansão do *caniço* e do *muçequê* a partir da década de 1960 aconteceu muito rapidamente, levando os governos coloniais a desenvolver uma política estruturada de construção de bairros sociais nas cidades mais importantes das colónias, destinados à população de menores recursos, independentemente da sua raça e obedecendo a critérios económicos, explicitando-se a necessidade de construir habitações “dotadas das condições essenciais à vida higiénica abastecendo-as de água canalizada, dispondo de meios para o tratamento de esgotos domésticos e prevendo o fornecimento futuro, ou tanto quanto possível imediato, de energia eléctrica a que se seguirão a pavimentação das ruas e passeios com a conveniente rede de águas pluviais” (JUNTA DOS BAIRROS E CASAS POPULARES, 1963: 5). A ideia passava pela construção de habitações de matriz europeia, no sentido de estruturar uma traça que não fosse antagónica à da cidade consolidada, em materiais de baixo custo (tijolo, fibrocimento e zinco), mas também pela concretização de algumas benfeitorias (como aterros, abertura de ruas, ligações à rede de saneamento e à rede eléctrica) e pela construção de equipamentos de proximidade, como escolas ou igrejas (FERNANDES, MENDES, 2012: 1369).

No entanto, essa política foi em muitos casos uma política de aparências, num período no qual a situação interna na colónia gerava mal-estar com a eclosão dos movimentos independentistas. As habitações construídas acabaram por não possuir todas as condições previstas, com grande parte sem electricidade ou água canalizada, construindo-se em contrapartida fontenários e lavadouros públicos, além de estes bairros serem frequentemente implantados em áreas impróprias, porque alagadiças na época das chuvas, e afastadas dos insuficientes transportes públicos (MENDES, 2012: 206).

O degradar da situação financeira provocada pelo sorvedouro que a manutenção da guerra colonial implicava, levaria a que essas medidas fossem pontuais, não sendo estruturadas ou conseqüentes na resolução dos problemas, pelo que se mantinha a coexistência de duas cidades e do sistema dual, como era observado por AMARAL (1971: 154): “A aceleração recente do crescimento da população urbana, fenómeno irreversível e em ritmo explosivo, que tem em África intensidades invulgares, impõe simultaneamente uma grande diversidade de problemas que obrigam à improvisação de soluções mal amadurecidas. A maioria dessa população, fazendo parte das comunidades urbanas em que vive, continua ainda a pertencer às comunidades rurais de onde saiu; é um dualismo que dificulta a definição do seu grau de urbanização. Entretanto, este constitui o aspecto económico e social mais saliente na vida da África de hoje. Enquanto na maior parte dos territórios africanos as suas populações totais duplicaram em períodos de 25 a 40 anos, as respectivas populações urbanas tiveram

multiplicação análoga em menos de 15 anos, avolumada particularmente por massas de imigrantes. Muita desta gente acumula-se nos bairros de miséria que rodeiam as áreas urbanizadas das cidades; formam-se assim dois quadros de heterogeneidade humana e social, de pluralismo cultural e de diferenciação económica, integrados na paisagem urbana”.

Após a descolonização, os regimes de cariz marxista-leninista que conduziram os destinos de Angola e Moçambique, herdaram o problema dos bairros informais, encetando um conjunto de medidas tendentes a atenuar o problema que se acentuaria ainda mais com a eclosão da guerra civil.

Entretanto, o esvaziamento das zonas nobres das cidades por parte das populações brancas levou os novos poderes a responder com enquadramentos legais que regulassem a questão da propriedade. Desta forma, em Angola, em 1976, é publicada legislação que procede à nacionalização dos imóveis abandonados por mais de quarenta e cinco dias, que fossem detidos por colaboradores de organizações fascistas ou movimentos anti-nacionais (VIEGAS, 2011: 93). Por sua vez, em Moçambique, a partir de 1977, o governo procedeu à nacionalização da propriedade e iniciou a distribuição de alojamento para, no ano seguinte, proceder a uma reforma administrativa na qual dotaria os então denominados Conselhos Municipais de maior capacidade de gestão do espaço urbano, para providenciar uma resposta mais eficaz às necessidades decorrentes do afluxo crescente de populações para as áreas suburbanas das cidades (FERNANDES, MENDES, 2012).

No entanto, os esforços são diluídos pela mole humana que ocorre à cidade fruto do adensar da guerra civil e de sucessivos maus anos agrícolas provocados pelas secas ou pelas cheias e enche as cidades de refugiados que vão levando ao aumento das periferias, multiplicando os *caniços*, cuja superfície rapidamente supera e multiplica a da cidade formal. A situação era agravada também pela lentidão na resolução de questões como o vazio de quadros médios e superiores, a incapacidade de gerar receitas e conseqüente paralisia do sector das obras públicas.

Em finais da década de 1980, uma acção conjunta do Banco Mundial e do governo moçambicano procurou atenuar algumas das questões urbanas, tendo Maputo a primazia já que era a urbe que mais crescera e corria o risco de paralisar. Estabeleceram-se uma série de assessorias técnicas e empréstimos bancários tendentes à recuperação da cidade. No estudo efectuado, o Banco Mundial sublinhou “that the colonial legislation still stood, and could profitably be reviewed, revised and updated in order to give local administration more regulative capacity” (GREEST, 1995: 161).

Em Angola, a intervenção conheceu maiores dificuldades, pela longevidade e intensidade da guerra civil, pela separação de áreas imensas de território que impediu a valorização dos recursos naturais e pelo massivo êxodo rural que levou a que, em apenas trinta anos a população de Luanda tenha quadruplicado (estima-se que, actualmente, Luanda albergue 40% - 5 milhões de habitantes - da população do país, o qual contará apenas com 30% de população classificada como rural), com inevitáveis conseqüências extremamente gravosas em relação à crise habitacional.

Assim, também na década de 1980 a população de alguns *muceques*, que se implantam na continuidade dos bairros populares ou no ponto de contacto com a malha urbana, procedem endogenamente a uma conformação dos seus bairros com a malha urbana da cidade de cimento (BETTENCOURT, 2011), num movimento com pontos em comum com o que acontecia em Moçambique.

De qualquer forma, em ambos os países praticamente não se construíram respostas significativas até finais da década de 1990 e seria necessário esperar pela primeira década do séc. XXI para assistirmos a um forte dinamismo no sector da construção civil e para que haja capacidade financeira para intervir no tecido urbano, nomeadamente com políticas estruturadas e continuadas de construção de bairros sociais, obedecendo a padrões modernos e de resposta mais eficaz face à dimensão dos problemas, importando ainda sublinhar a formação de áreas de interpenetração entre estes dois universos que se encontram em transformação acentuada, verificando-se alguma tendência para o esbatimento das diferenças e para a própria diversificação de situações numa realidade crescentemente permeável e mesclada que justifica o debate actualmente existente no seio dos geógrafos moçambicanos, com alguns a manterem as suas análises assentes na distinção entre a cidade formal e a cidade informal, ou seja, a cidade dual, enquanto outros a evitam, explicando uma cidade una, com condições formais e morfológicas diferentes, mas sendo vivenciada por todos de acordo com os ritmos laborais e as condições sócio-económicas urbanas.

#### 4. Morfologias da cidade informal

O *caniço* e o *muceque* são extraordinariamente complexos, quer do ponto de vista social, quer na perspectiva da morfologia urbana, gerando situações de adaptação do tecido urbano de grande interesse. Como elemento distintivo geral, sublinhe-se que não existe apenas um tipo de *caniço* ou de *muceque*, antes diversos, distintos entre si, reflectindo o contexto onde se enquadram. Assim, encontramos uma cidade informal de traça ocidentalizada nas cidades de maior dimensão, economicamente mais desenvolvida e tradicionalmente de maior penetração de efectivos estrangeiros, enquanto temos uma cidade de cariz mais tradicional nos aglomerados mais afastados dos grandes centros. Além disso, também dentro da mesma cidade, particularmente nas grandes metrópoles, as situações são diversificadas, quer nas áreas mais formais, quer nas mais informais. Em Moçambique, por exemplo, a actual Lei e Estratégia da Habitação “tipifica as situações existentes em zonas urbanas como: urbana consolidada; urbana formal com carência de infraestruturas; urbana informal com carência de infraestruturas; urbana de ocupação espontânea; urbana de expansão planificada” (CANI, 2011, 108).

Como seria expectável, quer em Angola quer em Moçambique, foi nas capitais onde mais se fizeram sentir as alterações das técnicas e morfológicas relacionadas com os bairros informais. Aí, actualmente, as habitações são tendencialmente construídas em alvenaria, incorporando técnicas mais apuradas, formas mais ocidentalizadas e um desenho urbano mais regulado, de carácter tendencialmente ortogonal, na continuidade do aglomerado consolidado, sendo tal mais perceptível em Maputo do que em Luanda,

nesta pela maior densidade demográfica e pela incipiência da prática legislativa ao nível dos mecanismos direccionados à conformação destes assentamentos.

A evolução dos materiais tradicionais para os materiais perenes resulta da conjugação de dois factores: acessibilidade tecnológica e maior poder de compra, fortemente sustentada na economia informal que, aliás, são um dos traços marcantes das populações destes assentamentos. Desta forma, a ocidentalização dos espaços informais não resulta de uma evolução das opções estéticas e do gosto, subjectivos em si próprios, mas antes de razões de ordem prática e económica: os materiais de construção tradicional, fruto da forte densidade de construção e extensão da área urbana, são cada vez mais raros e estão cada vez mais distantes, tornando-se mais barata a construção em materiais como o tijolo e o cimento, agora mais acessíveis. A alteração de materiais é, em muitos casos, acompanhada por uma alteração morfológica dos bairros, eventualmente por efeitos de mimetização, construindo-se individualmente a habitação com a preocupação de emular o traçado tendencialmente geometrizado da malha urbana da cidade formal, mas também decorre do forte crescimento que os sectores da construção civil e imobiliário conhecem nos últimos anos e das iniciativas coordenadas pelo poder político, ambas levando à edificação conformada pelo desenho e planeamento urbano.

Neste sentido, são de sublinhar as acções encetadas pelas autoridades moçambicanas entre 1976 e 1985, que conduziram um intenso processo de reordenamento urbano, fazendo face às solicitações das populações (BRUSCHI, LAGE, 2005), relevando-se igualmente, a experiencia piloto que, com o apoio do Banco Mundial, procurou envolver as populações na recuperação de bairros e na formação da população para a reconversão da habitação e do tecido nos quais se encontravam inseridos, para o que “it demarcated over 10,000 plots based on urban plans, with some basic infrastructure, and provided basic guidance for selfmanaged house construction to new and existing residents” (Jenkins, 2009: 14).

Em Angola, assinalam-se algumas acções de ordenamento endógeno, a partir da década de 1980, ou a política de construções de bairros sociais, a partir de 2002, com um Programa Habitacional Nacional que previa a construção de um milhão de habitações no espaço de uma década, reformulado em 2009 com a especificação do número de habitações a construir pelos diversos dinamizadores do programa (Estado 115 mil fogos, privados 120 mil, cooperativas 80 mil e autoconstrução 685 mil fogos), clarificando-se a obrigatoriedade de construção em espaços demarcados e previamente estruturados, objecto de planos urbanísticos (VIEGAS, 2011).

Apesar de tudo, são esforços muito aquém das necessidades e, de qualquer forma, a evolução, o contacto e a partilha entre espaços e gentes, a melhoria das condições sociais e económicas, as políticas e programas, têm levado a uma transformação acelerada das cidades, na sua totalidade e nas suas partes, com a expansão da cidade formal (em mancha contínua e em saltos) e da cidade informal, mas também com a reforma de partes desta e com a introdução de alguma informalidade na cidade dita formal.

## **Bibliografia:**

- ALEXANDRE, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Porto, Edições Afrontamento.
- AMARAL, Ilídio do (1971), “Nota acerca do estudo das cidades da África ao Sul do Sara”. Lisboa, *Finisterra*, VI, 11, pp. 152-155.
- AMARAL, Ilídio do (1978), “Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola”. Lisboa, *Finisterra*, XIII, 25, pp. 43-77.
- AMARAL, Ilídio do (1983), “Luanda e os seus ‘Muceques’”. Problemas de Geografia urbana”. Lisboa, *Finisterra*, XVIII, 36, pp. 293-325.
- ARAÚJO, Manuel Mendes (2005), “Cidade de Nampula: A Rainha do norte de Moçambique”. Lisboa, *Finisterra*, XL, 79, pp. 209-222.
- BETTENCOURT, A. (2011), *Os musseques de Luanda*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de mestrado (policopiada).
- BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís (2005), *Moçambique, O Desenho das Cidades, Moçambique até o século XXI*. Maputo, FAPF, Universidade E. Mondlane.
- CANI, Anselmo (2011), “Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique – como abordar o assunto”, *Africana Studia*, nº 16, pp. 107-111. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- D’ALMEIDA-TOPOR, Hélène (1988), “L’Histoire des Villes en Afrique: Quelques Réflexions sur une Periodization” in *Processus d’urbanization en Afrique*, C. Coquery-Vidrovitch (ed.), Paris, Éditions L’Harmattan.
- FANON, Frantz (1960), *Os condenados da terra*. Lisboa, Ulmeiro.
- FERNANDES, Mário G., MENDES, Rui Paes (2012), “‘Dicotomias’ urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço”, in *Morfologia Urbana nos Países Lusófonos. Atas da 2ª Conferência PNUM 2012*, ISCTE, Lisboa. ISBN: 978-989-732-023-1, <http://hdl.handle.net/10071/3633>
- GASPAR, Jorge (1968), “A propósito da originalidade da cidade muçulmana”, Lisboa, *Finisterra*, III, 5, pp. 19-31.
- GREST, Jeremy (1995), “Urban Management, Local Government Reform and Democratisation: Maputo city: 1975-1990”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 21, No. 1, Special Issue: Urban Studies and Urban Change in Southern Africa (Mar., 1995), pp. 147-164.
- HENRIQUES, Cristina Delgado (2008), *Maputo, Cinco décadas de Mudança Territorial*, Lisboa, IPAD.
- JENKINS, Paul Xilunguine (2009), “Lourenço Marques, Maputo – structure and agency in urban form: past, present and future”, *African Perspectives*, 4: The African city centre (re-)sourced, University of Pretoria/Thswane, Sept, pp. 24-28.
- JUNTA DOS BAIROS E CASAS POPULARES – *Província de Moçambique (1963)*, *Relatório Síntese*, Lourenço Marques.
- KING, A. D. (1990), *Urbanism, Colonialism, and the World Economy – Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. London, Routledge.
- KNAPIC, Dragomir (1972), *Geografia Económica de Portugal. Angola*, Lisboa, Instituto Comercial de Lisboa (policópia de dactilografado).
- LEMPS, X. V. (2002), *Les interactions complexes entre colonisations européennes et métropolisation*, in *Les enjeux de la métropolisation en Méditerranée*, vol. 64. Paris, CMMC.

- MENDES, Maria Clara (1979), *Maputo antes da independência, Geografia de uma cidade colonial*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 12.
- MENDES, Rui Paes, (2012), *A Cidade Colonial e a Estruturação do Território em Moçambique - A evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de doutoramento (policopiado).
- MORTON, Patricia (2000), *Hybrid Modernities: Architecture and Representation at 1931 Colonial Exposition*. Cambridge, Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology Press.
- RIBEIRO, Orlando (1981), *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- SMITH, David A. (1996), *Third World Cities in Global Perspective – The Political Economy of Uneven Urbanization*. Oxford, Westview Press.
- VIEGAS, Sílvia Leiria, (2011), “Luanda: cidade (in)formal. Reflexões sobre o papel da sociedade civil na qualificação do território”. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, *Africana Studia*, nº 16, pp. 87-105.